

Política e administração da educação: vários olhares (investigação, formação e práticas)

Pedro GANZELI¹

Este texto tem por objetivo relatar as principais discussões presentes no Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, ocorrido nos dias 18, 19 e 20 de janeiro de 2001, na cidade de Braga, Portugal, nas dependências da Universidade do Minho – Campus de Gualtar. O Congresso foi promovido pelo Fórum Português de Administração Educacional, Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional (IEP – Universidade do Minho) e Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

Nas áreas temáticas em que foram organizados os trabalhos, tratou-se respectivamente: da investigação em administração educacional, da formação de professores e das práticas de organização e gestão educacional

Este Congresso contou com a seguinte estrutura: conferência de abertura com o Prof. Stephen J. Ball (King's College, London); painéis temáticos realizados em sessões plenária, com intervenção de especialistas convidados, portugueses e brasileiros: Painel I – Investigação; Painel II – Formação; Painel III – Práticas; Painel IV – Perspectivas Futuras: Investigação, Formação e Práticas; sessões de debate organizadas segundo as áreas temáticas do congresso (Investigação, Formação, Práticas); e comunicações orais.

A estrutura do evento mostrou-se bastante dinâmica, garantindo um número expressivo de apresentações e variadas formas de análise e intervenções dos participantes. Por outro lado, o tempo disponibilizado para as apresentações e debates se mostrou insuficiente, dificultando a realização de discussões mais aprofundadas sobre as temáticas apresentadas.

Houve por parte dos promotores do evento a preocupação de garantir a igual presença de autores portugueses e brasileiros, especialmente nos painéis e sessões de debates, fator esse que favoreceu as discussões de uma mesma temática através das visões luso e brasileira. Aqui cabe ressaltar que as semelhanças se fizeram mais presentes do que as diferenças, como o caso, por exemplo, das discussões sobre a função das universidades na formação do gestor educacional, tendo como eixo de análise as reformas educacionais em curso nos dois países.

¹ Professor do departamento de Ciências da Educação, Faculdade de Ciências e Letras-UNESP -14800901-Araquara/SP e-mail: gazeli@fclar.unesp.br

Apesar dessa preocupação dos organizadores do evento, no que se refere ao número total de apresentações (painéis, sessões de debates e comunicações), verificamos que dos 117 trabalhos apresentados, 75 (64%) eram de autores brasileiros, 40 (35%) de autores portugueses, 1 trabalho de autor espanhol e 1 trabalho de autor argentino, demonstrando preponderância de trabalhos produzidos no Brasil.

Ao compararmos os trabalhos apresentados ficamos com a impressão de que enquanto os autores portugueses privilegiaram o constructo teórico-conceitual em suas exposições, os autores brasileiros partiam da análise dos problemas emergentes em uma dada realidade, para então formular os conceitos explicativos. A falta de tempo colaborou, substantivamente nesse processo, impedindo, como já antecipamos, discussões mais aprofundadas. Foi interessante notar que, apesar de começar por caminhos distintos, houve em vários momentos, quando o tempo permitiu, diálogos interativos entre os trabalhos de autores portugueses e de autores brasileiros.

É interessante reafirmar que estas são apenas impressões e que não devem ser generalizadas, pois o inverso também foi observado, ou seja, estudos portugueses que partiram de problemas específicos da realidade educacional e trabalhos de autores brasileiros que destacavam a análise teórico-conceitual como predominante.

A conferência inaugural “Reformar Escolas/ Reformar Professores e os Terrors da Performatividade” proferida pelo professor Stephen J. Ball (King’s College, Londres) foi elucidativa em relação aos processos de mudanças por que está passando a educação e todos aqueles que nela trabalham.

Segundo Stephen as principais agências promotoras das reformas educacionais, como o FMI e o Banco Mundial, se ocultam “atrás” dos governos nacionais, que se colocam como os principais interessados e principais agentes das reformas. Estes por sua vez, mostram através de cifras, a grande necessidade da implementação da reforma, colocando-a como estando “para lá da direita e da esquerda”.

Estas seriam, segundo o conferencista, formas de camuflar os principais interesses presentes na reforma da educação e de facilitar a penetração das orientações reformistas em diferentes países.

Hoje é possível afirmar, segundo o professor Stephen que o processo de reforma está no cotidiano dos educadores, especialmente no dos universitários.

O elemento chave da reforma pode ser sistematizado em uma palavra: o gerencialismo. Podemos definir o gerencialismo como sendo a busca de objetivos previamente definidos, compreendendo ainda a escolha dos melhores procedimentos para alcançá-los e da avaliação dos resultados alcançados.

A preocupação com a gestão da micro-estrutura social ganhou força nos últimos anos. Busca-se agora a mudança de comportamento com todos os envolvidos com a educação. Trata-se de criar um novo ambiente, novos papéis, implementando-se um sistema de monitoração e avaliação de resultados. Fala-se em novos elementos da política.

A questão chave passou a ser a luta pelo poder dos campos de juízo e de valor. um novo modo de regulação que utiliza-se da subjetividade para avaliar o outro. Este seria um dos principais instrumentos reformadores, auxiliando na mudança do que é ser professor. Muda-se não só o que fazemos mas a nossa identidade social de ser professor.

Apesar das reformas educacionais colocarem-se como sendo um processo desregulador do sistema educacional, o que ocorre é a imposição de um novo conjunto regulamentar: o liberalismo.

Os indivíduos são incentivados a existir como profissionais liberais. Cria-se um sistema de incentivos que levam os indivíduos a viverem “vidas de cálculos”, terem resultados, enfim serem produtivos.

O primeiro elo de uma complexa corrente é o gestor, visto como herói da reforma. Amplia-se sua autonomia, exige-se flexibilidade, deixando o gestor gerir, porém, os objetivos a serem alcançados já estão prescritos.

Reformam-se as relações e as práticas de educar, impondo-se uma nova subjetividade. Os recursos humanos precisam ser geridos para que alcancem as metas de produtividade com o menor custo possível.

Os reformadores passam a defender a idéia de que nós podemos ser mais do que éramos, esse é o caminho para o sucesso, exigir cada vez mais de si mesmo. Passamos a fazer um trabalho intensivo sobre o eu. Mais do que ética, incentiva-se uma cultura de investimento pessoal na organização.

O ato de ensinar se modifica, amplia-se a individualização, a organização sindical é combatida de diferentes formas, ao mesmo tempo em que reforça a filiação institucional, garantindo assim a identificação do sujeito com a organização em que trabalha.

Nesse quadro de reforma, a performatividade do sujeito passa a ser avaliada através de diversos instrumentos, de forma continuada e casuística.

Não existindo um único momento ou uma mesma forma de avaliação, cria-se no sujeito uma constante insegurança, o que nos leva a estarmos constantemente atentos e buscando cada vez mais a perfeição.

Estamos constantemente a nos perguntar se estamos sendo eficientes, porém não está claro o que realmente temos que fazer. Quanto menos compreendemos o sistema, menos domínio temos sobre ele.

Nesse processo o emocional participa através de sentimentos como o orgulho, a inveja, e o pânico. Passamos a nos valorizar sobre o que somos capazes de produzir e não como pessoas.

Ocorre um esvaziamento das relações pessoais. Estas são substituídas por valores de produtividade. Valoriza-se o produto educativo e não o processo, esvaziando-se as relações entre professor e aluno, sendo este mais um número no cálculo de produtividade. Surge entre os professores um sentimento de culpa, pois estes se submetem a uma rotina escolar que vai contra os seus princípios. Este sentimento pode ser revelado pela expressão muito presente entre os professores: “lamber as botas dos supervisores”. Perde-se o respeito pessoal e a autonomia.

Os professores não concordam com as orientações feitas para o sistema educacional, mas cumprem-nas, para não serem taxados de improdutivos. Assim se cria uma “fantasia ensinada”. Joga-se o jogo. O sentimento entre os professores é de inautenticidade.

“Jogar o jogo” significa ter uma performance adequada, o que ocorre através de altos custos pessoais. Cobram-se resultados potenciais de práticas que não são autênticas, gerando uma esquizofrenia entre os profissionais da educação.

As exigências de performatividade são ocultadas através de um discurso democrático, confundindo ainda mais os professores, responsabilizados pelo sucesso ou insucesso do trabalho pedagógico, prescrito nas reformas.

A organização escolar passa por uma transformação, esta tem que se tornar auditável, quantificável.

Impõem-se à organização pública a imagem de uma organização comercial. A aparência, os valores, o estilo, o formato, etc., tudo deve ser moldado a semelhança de uma organização privada. Passamos a nos preocupar com o tipo de imagem que queremos passar das nossas escolas para os outros.

Cada escola passa a se capacitar para alcançar um projeto de escola dentro de padrões previamente definidos.

A aprendizagem e o conhecimento, tornam-se cada vez mais exteriores a nós, vistos agora como um “bem de mercado” a ser consumido. As relações de mercado prevalecem sobre o Estado.

A gestão das escolas, dentro do setor público, deve ser enquadrada segundo as concepções de mercado, o que exige um tipo específico de monitoramento, de forma a capacitá-la ao processo concorrencial.

O juízo profissional é reestruturado, ocorre uma corrosão do caráter, quando os professores passam a se ver como concorrentes, aumentando a desconfiança profissional.

O gerencialismo deixa pouco espaço para o profissionalismo cooperativo. A abordagem imposta pela reforma é desconstrutivista das relações profissionais.

Segundo o professor Stephen, o movimento reformista busca a desconstrução de qualquer relação profissional que não esteja dentro dos parâmetros prescritos pelos reformadores. Outras formas de pensar a vida profissional e pessoal são constantemente negadas.

O professor Stephen, finalizando a sua intervenção, sintetizou as conseqüências de todo o processo de mudança reformista em uma frase: “Não muda só o que fazemos mas o que somos”.

Podemos dizer que esta Conferência Inaugural deu o tom dos trabalhos apresentados no II Congresso, conforme poderemos observar nas apresentações dos 5 Painéis, que relataremos brevemente a seguir.

No Painel I –sobre Investigação, a professora Maria de Fátima Chorão (F. C. – U. Lisboa), retomando vários paradigmas presentes na área de gestão educacional, afirmou que é preciso desconstruir o conceito de escola, recuperando, ou melhor ressuscitando o sujeito, enquanto orientador da estrutura social. Sujeito este que pouco ou quase nada está presente nos processos de elaboração das reformas educacionais.

Para o professor Natércio Afonso (FPCE – U. Lisboa), o debate público sobre o papel do Estado na educação em Portugal, enquanto provedor ou regulador, influenciou o processo de investigação da escola. Segundo o professor Natércio as discussões se polarizaram entre duas correntes teóricas: os gerencialistas e os críticos. Enquanto os autores gerencialistas lançaram mão de várias acusações sobre o peso da burocracia do aparelho do Estado na desqualificação da administração escolar, os autores críticos se opuseram àqueles, por privilegiarem as relações de mercado como a única saída para a crise educacional, não focalizando outras saídas para o enfrentamento das deficiências das escolas públicas.

Segundo o professor Natércio, nem um nem outro discurso conseguiu vencer a ordem burocrática presente nas escolas. Assim é preciso olhar mais o que de fato nelas está ocorrendo.

Para este professor é preciso ampliar a forma de enxergarmos as escolas, sem negar as críticas formuladas pelos gerencialistas, sobre o funcionamento do Estado, Precisamos ir além, politizando o discurso, de forma a compreendermos os diferentes nexos existentes entre o que se passa na escola e na sociedade.

Os Professores Lauro Carlos Witmann (FURB) e Regina Vinhares (U. Brasília), apresentaram os resultados da pesquisa por eles realizada sobre o Estado da Arte da investigação no Brasil em Administração e Política Educacionais, no período compreendido entre os anos de 1991 a 1997. Nesta apresentação foi destacado o processo de construção da metodologia do trabalho e 11 temáticas, a saber: 1. Escola, Instituições Educativas e Sociedade; 2. Direito à Educação e Legislação; 3. Políticas de Educação; 4. Público e Privado na Educação; 5. Financiamento da Educação; 6. Municipalização e Gestão Municipal; 7. Planejamento e Avaliação Educacionais; 8. Profissionais de Educação; 9. Gestão de Sistemas Educacionais; 10. Gestão da Universidade; e 11. Gestão da Escola.

Entre os seus principais resultados este trabalho mostrou que 70% das 922 pesquisas analisadas, concentraram-se em cinco categorias: (1) profissionais da educação; (2) política de educação; (3) gestão da escola; (4) escola, instituições educativas e sociedade; e (5) gestão da universidade.

O texto completo da pesquisa encontra-se publicado no Caderno nº 6 da ANPAE , como também está disponível na Internet (<http://www.fe.unb.br/anpae>).

No Painel II que tratou sobre a formação, o professor Carlos Roberto Jamil Crury (PUC – Minas Gerais) destacou a necessidade da formação do Administrador Educacional compreender três pressupostos básicos: o primeiro, a articulação existente entre teoria e prática cotidiana; o segundo, deve ser a aproximação entre democracia e modernidade; e o terceiro pressuposto é a compreensão de que o Brasil é um país federativo, e que portanto existem diversas orientações na área educacional.

Segundo Cury é preciso pensar a formação do educador como um administrador, este como um articulador de colegiados. Pois para o autor é no educador que se forma o administrador que deverá responder a complexidade pedagógica, como articulador de colegiados, que deve gerir recursos (físicos, humanos e financeiros) mesmo que precários, com ética e eficiência.

Para o professor Carlos Estevão (U. Minho) é preciso relacionar a formação do Administrador Educacional com: o conceito de justiça complexa.

Segundo Estevão é comum pensar a justiça complexa como possuidora de um caráter universal, ligada ao bem comum, explicitada através de princípios mínimos.

Porém cada sociedade possui uma cultura específica, assim a justiça só tem sentido em uma comunidade política concreta.

Existem diferenças sobre o significado de determinados conceitos conforme o agrupamento social em que estes são formulados, ou seja, o que prevalece em determinadas esferas sociais pode não prevalecer em outras. Neste sentido é possível afirmar que um conceito como igualdade possua uma certa complexidade, ou melhor, existem vários tipos de igualdade.

Para o prof. Estevão a vida social consiste em organizar compromissos entre vários mundos (industrial, social, comercial, entre outros). Ocorre uma disputa entre esses mundos, cada qual busca prevalecer a sua forma de entender o significado da justiça.

Um exemplo desta disputa, foi a recente idéia de competitividade do setor público. Para o professor Estevão, ocorre neste caso a transposição de conceitos de mundos diversos, melhor dizendo, do mundo mercantil para o mundo Estatal, com isso esvazia-se a idéia de serviço público, impondo conceitos que não cabem no mundo Estatal.

Da mesma forma é possível falarmos de “espaços estruturais”, como a família, o mercado, etc., que se contaminam cotidianamente. É preciso reconhecer os diferentes espaços estruturados e neles agir conforme as suas necessidades específicas.

A escola é um espaço estruturado cruzado por vários mundos. É preciso interpretar a experiência escolar de maneira complexa, com diferentes princípios de justiça, e não só aqueles legitimados pelas reformas educacionais.

Para a formação do Administrador Educacional, é preciso, segundo Estevão, reforçar o conhecimento da natureza das organizações escolares, ir além dos paradigmas dominantes, bem como, colocar a prática educativa como foco principal da formação.

O gestor escolar, para este autor, deve possuir competências de justiça, o que significa ter as condições necessárias para colaborar na construção de escolas justas, desejadas por todos, que possuam uma utilidade emancipatória da pessoa humana.

O professor Jorge Adelino (U. Aveiro) fez um balanço das políticas e modelos de formação de administradores em Portugal. Segundo ele, entre os anos de 70 e 90 desenvolveram-se 4 modelos de formação de administradores: 1) o empiricista, quando a formação ficou a cargo dos práticos; 2) estadista, o Estado tornou-se a instituição privilegiada no processo de formação; 3) academicista, faculdades e institutos reivindicam este espaço como sendo de sua exclusiva responsabilidade; e 4) as parcerias, que conjugaria diferentes responsáveis na formação do administrador. Para o professor Adelino, esta última vertente tem se tornado bastante aceita entre os profissionais da área.

O professor Romualdo Portela Oliveira (USP – São Paulo), analisou a formação do Administrador Educacional partindo do seguinte questionamento: quais são as respostas que devemos ter para a educação nos próximos anos? Tecendo um breve e grave retrato das últimas mudanças em curso na educação brasileira, com o aumento de matrículas e demandas de novos e mais qualificados profissionais, o professor Romualdo afirmou que não se trata de desafios quantitativos ou qualitativos mas os dois ao mesmo tempo.

Segundo o professor Romualdo, essas exigências estão provocando a proliferação de cursos que emitem diploma e não se preocupam com o desafio de formar um profissional que atenda às necessidades sociais. Outro aspecto é o da formação em serviço, que deve ser entendida como aquela que aperfeiçoa o trabalho profissional, ou seja, amplia e não simplesmente complementa a formação inicial do profissional.

Para o professor Romualdo a formação do Administrador Educacional começa com a formação inicial do professor, ou seja é preciso perguntar qual é a formação em administração que deve ser incorporada à formação do professor? Pois é preciso pensar a organização escolar enquanto formas de administração colegiada, onde todos os professores deverão estar envolvidos no processo de gestão.

Ao mesmo tempo a formação continuada, aquela que ocorre ao longo da vida profissional, deve caracterizar-se como uma reflexão coletiva, tendo a prática como fonte de conhecimento.

Analisar todos esses processos em curso deve ser o desafio da pesquisa na área da Administração Educacional.

O Tema prática foi analisado no Painel III. Iniciando as discussões o professor Almerindo Janela Afonso (U. Minho), chamou nossa atenção para a necessidade de conhecermos cada vez melhor o que se passa no interior da escola, pois a ênfase na análise das políticas públicas deve reconhecer que as escolas produzem políticas.

Segundo o professor Almerindo, as ações dos sujeitos que vivenciam o cotidiano escolar, traduzidas em práticas escolares, deverão ser consideradas como o motor das políticas públicas. A escola deve ser considerada o lugar indispensável para a análise das políticas públicas.

Para o professor António Neto Mendes (U. Aveiro), as reformas educacionais devem ser entendidas como decisões que buscam modificar as práticas políticas, administrativas e pedagógicas dos professores. Um problema que se percebe nas reformas mais recentes é a utilização de conceitos que não são explicitados, dentro de um processo globalizador das reformas educacionais.

Segundo os reformadores um entrave presente na implementação das reformas é a resistência a inovação, ou seja, os atores não aplicam o que foi pré-definido pelos órgãos decisórios da política educacional a ser implementada.

Ocorre uma grande ênfase nas orientações das reformas, ligadas de forma mais direta ou indiretamente aos órgãos centrais. Estas orientações são centradas em normas que induzem, ou mesmo constroem os atores. A transformação da escola é oposta como meta. O objetivo é criar uma mudança no âmbito escolar, guiada por conceitos como autonomia, participação e na implementação de conselhos. A escola é sempre colocada como centro do processo de reforma, porém pouco participa dos processos de elaboração das reformas educacionais.

Outro vetor das reformas é o foco no aperfeiçoamento do professor, ou seja, ampliar as capacidades profissionais que vêm ao encontro às necessidades exigidas pela reforma. Neste aspecto critica-se o privatismo do professor em sala de aula, colocando a necessidade da transparência, alcançada com a avaliação e prestação de contas. Verifica-se se houve a colaboração dos professores na implementação das reformas.

O professor Mendes finaliza sua intervenção levantando algumas questões provocativas: Qual o papel dos atores face a avalanche de reformas? Os professores podem ou não podem ser agentes dessas reformas? Segundo o professor Mendes, as reformas educacionais, como estão sendo implementadas, tem por objetivo repartir as fontes de financiamento, num processo de globalização da crise.

A professora Lourdes Marcelino Machado (UNESP – São Paulo), ao analisar as tendências das reformas educacionais no estado de São Paulo, verificou que o cerne do padrão de gestão e planejamento implementado, foi a racionalidade técnica, destacadamente os aspectos financeiros. Os aspectos pedagógicos ficaram subordinados àqueles.

A reforma educacional pautou-se em 3 eixos: a qualidade de ensino, que deveria ser alcançada através da reorganização das escolas, da implementação de um programa de avaliação e de reformas e melhorias dos equipamentos; mudanças nos padrões de gestão; e racionalização organizacional. Estas ações foram implementadas segundo as necessidades políticas do governo, porém, segundo Machado, o “tempo político é diferente do tempo da educação”, o que favoreceu a ocorrência de desencontros nesse processo de reforma.

A professora Naura Syria Carapeto Ferreira (U. Tuiuti – Paraná) argumentou que é preciso analisar os encontros entre a arte da política e a arte da educação, pois só assim daremos conta de toda a complexidade que envolve a educação. A professora Naura

afirmou que estamos em um momento em que é preciso ressignificar a administração educacional democrática, de forma a garantir uma nova pedagogia da esperança.

O Painel IV que teve como tema; discussões sobre as perspectivas futuras: investigação, formação e práticas, iniciou com a fala do professor João Barroso (FPCE – U. Lisboa) alertando para que os estudos de sociologia da educação, relacionados aos estudos das organizações educativas, não despolitizem a investigação.

Esse risco está muito presente pois, segundo Barroso, as necessidades da agenda da educação tem estado excessivamente ligadas a uma agenda política. É necessário reforçar a crítica, não confundir agenda da investigação com agenda política, interrogar constantemente a integração entre investigação, política e prática.

A política científica não deve servir para a legitimação das políticas educacionais. Neste sentido é preciso recuperar o papel da crítica.

Na formação do profissional em Administração Educacional, no contexto português, o aumento do mercado educacional, gerado pelas reformas e medidas em curso, não devem, segundo o professor Barroso, condicionar a formação dos profissionais na área. Esse processo pode levar a uma crise de identidade na formação do Administrador Educacional. As demandas exigem respostas rápidas mas não devem constranger o processo de formação.

Em relação às práticas é preciso tomar o máximo de cuidado, pois é possível, segundo Barroso, que se mude tudo para que se fique na mesma. A prática deve vir acompanhada de uma reflexão profunda sobre os significados das reformas em processo.

O professor Lício C. Lima (U. Minho) alertou-nos para os cuidados que precisamos tomar quando estamos falando de reformas educacionais para não confundir as agendas exteriores ao nosso próprio país e aquelas que estão mais próximas a nossa realidade.

Esse cuidado deve ser redobrado quando pensamos a influência de outros países no campo da investigação. Dentro do processo de desconstrução dos paradigmas, é preciso cuidar das especificidades de cada país. Nesse aspecto as práticas devem ser vistas como um caminho da construção de uma teoria que explique a Administração Educacional.

Segundo o professor Lício, entre os pesquisadores podemos observar duas posições distintas: aqueles que reproduzem as críticas ao sistema educacional feitas em outros contextos sociais (Inglaterra, USA, Austrália, etc.); e aqueles que afirmam que estas análises nada tem a ver com a realidade local (autonomistas). Para sair desse dualismo é preciso confrontar os diferentes estudos com o trabalho empírico. Não é

possível dizer o que é a escola somente através do que está descrito em uma norma, é preciso entrar na escola e compreender o que se passa no seu cotidiano.

Para o professor Licínio o desenvolvimento da administração educacional nos últimos dez anos, possibilitou avanços em condições precárias, pois muito se copiou da ciência administrativa empresarial. Para ele é preciso desenvolver uma administração educacional transformativa, democrática, que ultrapasse as questões técnicas e instrumentais. Na qual o aspecto político não seja renegado ao segundo plano, uma administração educacional que se pautar pelo conhecimento da realidade escolar.

Nas práticas políticas de Administração Educacional é preciso evitar um equívoco, qual seja, distinguir a realidade jurídica da realidade prática. É importante reconhecer os dois casos como construções sociais e, portanto, políticas.

É preciso reivindicar a co-autoria dos textos de política educacional. Tornar as escolas do ponto de vista político e administrativo educativas também no que se refere a formulação das políticas. Se hoje a escola é periférica, do ponto de vista da formulação de políticas, precisamos reivindicar a sua centralidade.

O professor Vitor Henrique Paro (USP – São Paulo), afirmou estar perplexo em relação aos três temas, prática, formação e investigação. Para ele é preciso inverter a ordem e começar pela prática, reconhecendo o seu caráter educativo e formativo, ou seja, precisamos questionar para onde estão nos levando nossas práticas escolares?

Existe concordância por parte daqueles que estão sendo educados? Até que ponto “o outro” está sendo respeitado como “ser histórico”?

Nesse sentido é preciso observar a incoerência da formação do administrador educacional, pois esse não se coloca como parceiro do processo de gestão escolar.

É preciso retomar os valores democráticos como objetivo da escola, cujo foco maior deve ser a criação de sujeitos.

Entendendo a prática como saber, o professor Paro chama nossa atenção sobre o perigo da investigação que faz abstração da realidade e não leva em conta o que está acontecendo de fato na escola.

Temos, segundo Paro, que nos definir enquanto profissionais que lutam por uma sociedade igualitária, perdendo a vergonha de lutar por uma educação que colabore com a transformação social.

Conforme pudemos observar, as discussões presentes no II Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação foram ricas e estimulantes para o debate sobre a prática, a formação e a investigação da Política e Administração da

Educação. Nossa intenção nesse breve relato foi a de estimular o debate dos temas: prática, formação e investigação sobre a política e administração da educação.